

## **EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO E UNIVERSITÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE: ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE**

Rita de Cássia da Conceição Gomes  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil  
ricassiacg@gmail.com

### **Expansão do ensino técnico e universitário no Rio Grande do Norte: entre a utopia e a realidade (Resumo)**

A dialética entre a utopia e realidade orienta a discussão da política de expansão e interiorização do ensino técnico e universitário no Rio Grande do Norte, a partir de 2003, via expansão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, federalização da Escola superior de Agronomia, transformada em Universidade Federal Rural do Semi-árido e a criação de 17 Institutos Federais. Objetiva discutir a política de expansão do ensino técnico e universitário e o desenvolvimento urbanorregional, tomando como pressuposto a ideia de que essa política reproduz a construção utópica do desenvolvimento, via políticas públicas, que respondem positivamente às ideologias que responsabilizam o quadro natural pelos problemas socioeconômicos do Nordeste brasileiro. A pesquisa bibliográfica e de campo, respaldaram o texto, que se propõe a refletir sobre a necessidade de buscar soluções para as desigualdades socioespaciais, e colocar em debate o pensamento utópico enquanto um instrumento de reflexão na construção de realidades ideais.

**Palavras chaves:** utopia, realidade, política pública, ensino técnico e universitário, desenvolvimento.

### **Expansion of technical and university education in Rio Grande do Norte: between utopia and reality (Abstract)**

The dialectic between utopia and reality guides the discussion of the expansion of political and internalization of technical and university education in Rio Grande do Norte from 2003 by expansion of the Federal University of Rio Grande do Norte, federalization of Higher School of Agronomy, transformed after in the Federal Rural University of Semi-arid and the creation of 17 Federal Institutes. The article discusses the policy of expansion of technical and university education and urban and regional development. The main idea is that politics plays the utopian construction of the development, by public policies that respond positively to ideologies that blame the natural framework for the socio-economic problems of the Brazilian Northeast. The article is based on literature and field research and reflect about the need to find solutions to the socio-spatial inequalities. It also discuss about the utopian as an instrument of reflection on the construction of ideal realities.

**Keywords:** utopia, reality, public policy, technical and university education, development.

No período de 2003 a 2013, ocorreu no Brasil um intenso processo de expansão e interiorização do ensino técnico e universitário orientado pela utopia desenvolvimentista que apregoa o desenvolvimento local e regional, a transferência de tecnologia e a inovação social. Essa expansão e interiorização aconteceram em diversas unidades da federação brasileira, sendo o Rio Grande do Norte uma delas.

No Rio Grande do Norte, essa expansão se inicia em 1994 quando foram criadas as primeiras unidades de ensino técnico fora de Natal. Porém, é no período citado que essa expansão ganha maior expressividade, uma vez que são criados a partir de então, 17 Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no interior do estado, demarcando bem um processo de expansão, mas principalmente de interiorização do Ensino Técnico Profissional no Rio Grande do Norte, uma vez essas unidades foram construídas nas diversas microrregiões, promovendo assim a desconcentração dessa modalidade de ensino que, durante 84 anos ficou concentrada em Natal, capital do estado, onde foi instalada a primeira unidade de ensino Técnico no Rio Grande do Norte no ano de 1910, por ocasião da criação no Brasil das Escolas de Aprendizes.

A expansão do ensino universitário ocorreu no âmbito das duas instituições existentes à época no Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e Escola Superior de Agronomia- ESAM.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a expansão não se deu pela criação de novos *campi*, mas sim pela criação de novos cursos e a ampliação dos serviços; tratando-se da ESAM, é importante ressaltar que ocorreu uma mudança significativa do ponto de vista estrutural nessa instituição, a qual passou da condição de uma Escola de Ensino Superior, para a condição de universidade. Sendo assim, a ESAM foi federalizada, passando a ser denominada de Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA. A partir dessa mudança a UFRSA, não apenas ampliou seus cursos no âmbito do *campus* central, localizado em Mossoró, mas criou a política de expansão com a criação de mais três *campi*, localizados nas cidades de Pau dos Ferros, Caraúbas e Angicos.

Por entendermos que a educação, enquanto direito fundamental, constitui-se numa variável importante na promoção do desenvolvimento, a dinâmica no âmbito dos níveis técnicos e universitários nos motivou a discussão que ora realizamos, problematizada nas seguintes questões: Qual a contribuição da expansão do ensino técnico e universitário para a promoção do desenvolvimento urbanorregional e local? Em que medida essa política de expansão do ensino técnico e universitário reproduz o paradigma da utopia desenvolvimentista? Para responder a estas questões o trabalho tem por objetivo principal discutir a participação das políticas públicas de expansão do ensino técnico e universitário na promoção do desenvolvimento urbanorregional, considerando as mudanças socioespaciais desencadeadas a partir da implementação da referida política e a utopia desenvolvimentista que, historicamente, é colocada como justificativa para as intervenções do Estado na região Nordeste e, particularmente no Rio Grande do Norte.

O trabalho é um dos produtos da pesquisa “Ordenamento do território potiguar: redes sociotécnicas, diversidade econômica e inovações sociais”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), CHAMADA UNIVERSAL – MCTI/CNPq Nº 14/2013, que tem como um dos objetivos gerais investigar o ordenamento territorial no Rio Grande do Norte efetivado a partir dos anos

1990 via instrumentos como planejamento territorial urbano, políticas territoriais, programas, etc., e seus impactos na reestruturação desse espaço urbano-regional.

A dialética entre a utopia e a realidade orienta os fundamentos teóricos e metodológicos do trabalho que tem como pressuposto a ideia de que o processo de expansão e interiorização do ensino técnico e universitário, ainda que tenha promovido mudanças espaciais e sociais importantes, reproduz a construção utópica da promoção do desenvolvimento urbanorregional e local, via políticas públicas capazes de responder positivamente aos imperativos de uma ideologia que responsabiliza o quadro natural como fator determinante dos problemas sociais e econômicos existentes na região Nordeste.

Quanto aos recursos metodológicos utilizados, destacam-se: a pesquisa bibliográfica, a qual priorizou os conceitos de utopia e desenvolvimento urbanorregional e local; o levantamento de dados secundários, utilizando-se para tal as informações institucionais disponibilizadas nos sites das instituições, bem como por outras, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério de Educação (MEC); Secretarias de Educação do Estado e dos municípios; e pesquisa de campo nas cidades onde se localizam os estabelecimentos de ensino, tanto técnico quanto universitário. Os resultados obtidos, além de filtrados em função dos objetivos propostos, foram analisados, cujos resultados encontram-se disponibilizados ao longo do texto que está assim estruturado: esta parte introdutória que faz-se alusão às origens do ensino técnico e universitário no Brasil, particularizando a realidade norte-rio-grandense; na sequência procura-se responder a questão central levantada pelo trabalho a partir da análise da trajetória de cada nível de ensino, para fins de apresentar a realidade existente e os objetivos propostos pela política. Por fim, o texto apresenta considerações finais, as quais, sem a pretensão de serem únicas, apresentam inferências que podem suscitar questões importantes, não apenas com vistas à compreensão do processo em causa, mas também de apontar caminhos que possam diminuir a distância que ainda é marcante entre a utopia e a realidade no que diz respeito a educação.

## **Ensino técnico e universitário no Brasil: apontamentos históricos**

### ***O ensino técnico e profissional***

Em 23 de setembro de 1909 começa a história dos atuais Institutos Federais no âmbito da educação brasileira, com a assinatura do Decreto nº 7.566 que criou 19 Escolas de Aprendizizes Artífices em diferentes unidades da federação. Todas essas escolas ficaram sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, com objetivo de ofertar o ensino profissional gratuito de nível primário.

Constitucionalmente, somente em 1937 é que o ensino técnico, profissional e industrial foi tratado pela primeira vez, sendo destinado às classes menos favorecidas, e a partir da assinatura da Lei 378 de 13 de janeiro, as Escolas de Aprendizizes e Artífices foram transformadas em Liceus Profissionais, que passaram a oferecer ensino profissional de todos os ramos e graus. No entanto, em 1942, cinco anos depois dessa mudança, os Liceus tornaram-se Escolas Técnicas Industriais. Essas escolas tinham por obrigação

oferecer em nível secundário o ensino profissional, possibilitando aos alunos formados nos cursos técnicos a ingressarem no ensino superior.

Em 1959, mais uma mudança se configurou no âmbito do ensino técnico brasileiro. As Escolas Técnicas Industriais passaram à condição de Escolas Técnicas Federais. Na realidade, a mudança ocorrida não se limitava apenas ao nome, mas se inseria em dimensões importantes dessas instituições que, a partir então, passavam a contar com autonomia didática e de gestão, dando assim um salto importante rumo à atual realidade ora existente.

Em 1978, por força da Lei nº 6.545, as Escolas Técnicas Federais, dos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, dão origem a uma nova mudança no contexto do ensino técnico nacional. Essas instituições assumiram a condição de Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. Essa mudança se consubstancia não somente no nome, mas nas novas atribuições assumidas por essas instituições, que passam a formar engenheiros de operação e tecnólogos. Esse processo de mudança se estende às demais Escolas Técnicas localizadas nas diversas regiões brasileiras, até porque em 8 de dezembro de 1994, por intermédio da Lei nº 8.948, é criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Após a criação desse sistema, além das Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais também se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológicas. Paulatinamente, esse processo ocorreu em todo território nacional.

A Lei 9.394 de 20 de novembro de 1996 é considerada como uma segunda Lei de Diretrizes e Bases LDB, por dispor de forma específica sobre a Educação Profissional, atribuir a certificação profissional e reconhecer as competências pelo ensino técnico adquiridas fora do sistema escolar. Um ano depois, o Decreto 2.208/1997 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP.

Em 29 de dezembro de 2008, foi aprovada a Lei nº 11.892, que criou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A partir de então os 31 Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mais as 75 Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs, as 39 Escolas Agrotécnicas, e as 8 Escolas Técnicas que mantinham vínculos com Universidades Federais e ainda as 7 Escolas Técnicas deram origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Todas essas instituições passaram a compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Profissional também criada em 2008. A criação da RFEPT e dos IFs é considerada como um marco importante na educação técnica e profissional brasileira, por ser entendida como uma ação que estabeleceu a Educação Profissional como uma política pública de desenvolvimento social e regional.

A criação da RFEPT foi também importante para a continuidade da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que em 2005 com a aprovação de Lei 11.195 de 18 de novembro de 2005 quando ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nessa fase foram construídas 64 novas unidades de ensino. A segunda fase ocorre em 2007, já no segundo mandato do governo LULA, cuja meta era a construção de 150 novas unidades. Durante esses dois mandatos de governo LULA, foram construídas 214 unidades. No governo Dilma essa política teve a sua

continuidade, de modo que ao final de 2015 O Brasil contava com unidades do Instituto Federal, localizadas nas diversas regiões brasileiras.

A análise dos diversos eventos a respeito do ensino técnico profissional no Brasil sugere que desde os seus primórdios em 1909, quando foram criadas as Escolas de Aprendizes, passando pela condição de Liceus, Escolas Industriais, Escolas Técnicas, Cefets e hoje Institutos Federais, o ensino técnico no Brasil voltou-se para a formação de uma força de trabalho qualificada, capaz de responder positivamente às demandas do setor produtivo, em especial da indústria, uma vez que desde os anos de 1929, o estado Brasileiro passou a perseguir uma política de desenvolvimento que tomou a indústria como referência para o crescimento econômico nacional

### ***O ensino universitário***

Logo que a família real portuguesa chegou ao Brasil, em 1808, foram criadas as primeiras escolas de ensino superior, especificamente: a Escola de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a escola de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ).

Até 1850, o ensino universitário foi marcado por uma extrema inércia, sem grandes mudanças, até porque eram poucas as perspectivas que a elite brasileira via na formação universitária, devido ao fato de que a atividade agrícola, especialmente o café, era a base de sustentação e reprodução da sociedade e não fazia qualquer exigência tecnológica por parte de seus produtores.

Em 1850, dois fatos marcaram a sociedade brasileira: a proibição do tráfico de escravos e a imposição da compra como forma de acesso à terra. Com essas mudanças, acontece uma expansão do ensino universitário, ainda que muito tímida, balizada pelo surgimento de centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. Porém, é com a proclamação da República que as mudanças começam realmente a acontecer, sendo expressivo o aumento do número de instituições de ensino universitário, as quais assumiam a condição de escolas isoladas. Ao final da década de 1920, o Brasil contava com 133 escolas isoladas - faculdades, das quais 86 foram criadas nessa mesma década.

O avanço do número de escolas isoladas promoveu também um intenso debate sobre o ensino universitário no Brasil nos anos de 1920. Esse debate foi orientado pela necessidade de aumentar o número de escolas, com vista à promoção do maior acesso da população ao ensino universitário; e pela melhor qualidade desse ensino. Desse modo, não eram mais questões estritamente políticas que estavam em discussão, mas a construção de uma instituição forte, capaz de desenvolver funções importantes na sociedade, como o desenvolvimento da ciência e, por conseguinte a formação de uma classe de intelectuais capaz de fazer pesquisa em prol do estado e do crescimento econômico. É sob esse discurso que surge a universidade enquanto instituição que deveria se limitar ao ensino, mas que deveriam vir a ser o centro de produção do saber.

O avanço do debate sobre o ensino universitário desencadeado na década de 1920 contribuiu para a realização em 1931 da primeira reforma educacional do Brasil, denominada de Reforma Educacional Francisco Campos, então ministro da educação à época. Essa reforma dentre outras mudanças autorizou e regulamentou o funcionamento das universidades, as quais deveriam se organizar em torno de um núcleo constituído por uma Escola de Filosofia, Ciência e Letras.

Do ano de instituição da Reforma Francisco Campos até o ano de 1945, o Brasil viveu um intenso debate em torno das universidades e das faculdades, debate esse centrado na busca de definição de poder entre as lideranças laicas e religiosas. No contexto desse debate, surgem também as lutas estudantis em defesa do ensino público e intensas críticas à forma e conteúdo das universidades. Assim, o caráter vitalício dos gestores era amplamente criticado de um lado e do outro eram reivindicadas as condições para a formação e organização de uma carreira universitária, como elemento fundamental para o desenvolvimento da ciência.

O elitismo se apresentava como marca central do ensino universitário brasileiro, até porque, até o ano de 1960, segundo as estatísticas, as instituições privadas de ensino universitário no Brasil superavam as públicas. Somente as classes sociais detentoras de poder econômico e político tinham acesso à universidade. Essa realidade também foi motivadora das discussões no âmbito da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada pelo Congresso em 1961. A LDB de 1961, ainda que tenha privilegiado a iniciativa privada, foi importante por instigar o movimento estudantil nos anos seguintes, mesmo sob a tutela do Estado Militar, fato que contribuiu para que a reforma implementada na educação em 1968, implementasse algumas das reivindicações do movimento estudantil como sejam: o departamento acadêmico passou a ser considerado como unidade mínima de ensino; a criação dos institutos básicos; a definição de um currículo em ciclos básico e o profissionalizante; alterações no exame vestibular; abolição da cátedra; mais democracia nas decisões universitárias; institucionalização da pesquisa; e a centralização das decisões universitárias no âmbito federal. Na sequência foi institucionalizada uma política de incentivo à capacitação docente por meio da pós-graduação.

Mesmo com as mudanças implementadas no ensino universitário, o acesso pela população no geral era muito restrito. Desse modo, o ensino universitário privado se destacou consideravelmente em número de matrículas, colocando o ensino público gratuito mais uma vez em debate, já que o acesso às universidades públicas se dava principalmente por aqueles com melhores condições socioeconômica, ficando reservada aos pobres as faculdades e universidades privadas que, ainda que fossem exigidas as condições necessárias ao ensino de qualidade, deixavam lacunas significativas no processo de aprendizagem de seus alunos, tendo em vista que essas instituições tinham como objetivo maior a realização do lucro e não a produção de um ensino de qualidade.

Nos anos de 1980, a realidade do ensino universitário nas instituições públicas chama a atenção, graças a intensa redução da demanda para o ensino superior provocada tanto pela retenção como pela evasão ensino de 2º grau. Desse modo, no início da década de 1990 os estudos efetuados pelo Ministério da Educação apontaram para uma inexpressiva relação de egressos do segundo grau e vagas oferecidas no ensino superior, ficando em torno de 1/1 no Sul e Sudeste, 1/1,3 no Centro-Oeste, e de 1/ 2,5 no Norte e

Nordeste. Esses números expressavam o não preenchimento das vagas oferecidas pelas universidades públicas a cada ano. Esses números levaram o Brasil a ocupar o 17º lugar entre os países latino-americanos, no quesito ingresso de jovens ao ensino superior entre 20 e 24 anos, sendo superado apenas pela Nicarágua e Honduras.

No período do Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, que ocorreu de 01 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002, as universidades públicas federais, passaram por um processo de sucateamento, fato que refletiu no acesso ao ensino universitário. Orientado pelo Neoliberalismo, o governo FHC promoveu um verdadeiro desmonte nas instituições universitárias, por meio de uma política salarial reprimida, contribuindo para o crescente número de aposentadorias e uma verdadeira desmotivação pelo ensino universitário. Porém, no governo seguinte, do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi implementado uma política específica para as universidades públicas Federais, com o objetivo de reestruturar e expandir as universidades. Essa política propiciou uma dinâmica intensa no contexto universitário, expressa, principalmente, pela expansão das universidades, seja pelo aumento dos cursos nos *campi* centrais das universidades existentes, seja pela expansão via política de interiorização implementado pelas instituições.

No Rio Grande do Norte a expansão do ensino técnico e universitário foi marcante. Quinze das dezenove microrregiões existente no Estado foram contempladas com os Institutos. Vale ressaltar que em algumas das microrregiões foram instalados mais de uma unidade. É o caso da microrregião de Natal, que foi contemplada com 3 unidades. Porém, nessa microrregião encontra-se uma forte concentração populacional, dada a localização da região Metropolitana de Natal, onde, segundo o censo demográfico 2010 produzido pelo IBGE, se concentra 43, 02 da população total do estado. Já no caso da microrregião do Agreste potiguar as unidades encontram-se uma na porção norte e outra na porção sul. Quanto a expansão das universidades esta ocorreu em duas direções: criação de novos cursos e pela expansão física. A figura 1 possibilita averiguar a espacialização que a política de expansão do ensino técnico profissional e universitário no Rio Grande do Norte.

**Figura 01. Expansão e interiorização das instituições de Ensino técnico e superior no RN**



Fonte: Malha Digital dos Municípios – IBGE/2010; Portal da UFRN; Portal da UFERSA

### ***Interiorização e expansão do ensino técnico e profissional no Rio Grande do Norte***

O ensino técnico no Rio Grande do Norte surge concomitantemente com o ensino técnico no âmbito nacional quando foram criadas as 19 Escolas de Aprendizizes Artífices, dentre as quais estava a de Natal, instalada em janeiro de 1910 no antigo Hospital da Caridade, onde atualmente funciona a Casa do Estudante de Natal. Além do curso primário, a Escola de Aprendizizes Artífices oferecia também cursos de desenho e oficinas de trabalhos manuais. Em 1914, a Escola foi transferida para a Avenida Rio Branco, ocupando o edifício onde funcionava o Quartel da Polícia Militar durante 53 anos. Em 1942, a Escola de Aprendizizes Artífices passou por mudanças importantes na sua estrutura, assumindo a condição de Liceu Industrial de Natal até 1965 quando passou a ser denominada de Escola Industrial de Natal, com oferta de cursos técnicos de nível médio, assumindo assim, a condição de Escola Industrial Federal.

Em 1967, a Escola Industrial Federal passou a ocupar a instalação da nova sede localizada na avenida Senador Salgado Filho, no bairro do Tirol, onde hoje funciona o *Campus* Natal-Central do IFRN. A mudança para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte ocorreu em 1968. A partir de então, os cursos industriais básicos foram sendo substituído pelo ensino profissionalizante de 2º grau. O ingresso de estudantes do sexo feminino em 1975 se configurou num evento importante, tendo em vista que, até então somente o sexo masculino tinha acesso à escola. Vale lembrar que a permissão ao sexo feminino de poder ingressar em um técnico, reflete as mudanças que ocorriam na sociedade, sendo o movimento feminista uma bandeira de luta em prol de um tratamento igualitário entre homens e mulheres.

Durante o período de 84 anos, o Rio Grande do Norte contou apenas com uma unidade do ensino técnico profissionalizante, sendo essa localizada em Natal. Em 29 de dezembro de 1994, surge na cidade de Mossoró, segunda maior cidade do estado, a primeira Unidade de Ensino Descentralizada - UNED da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte - ETRN, contemplada pela política de interiorização da educação profissional.

Na atualidade são 20 Institutos Federais localizados nas mais diversas microrregiões do estado, conforme pode ser visto no quadro 1.

**Quadro 1.**  
**Institutos Federais do Rio Grande do Norte**

| <b>Campus</b> | <b>Ano de criação</b> | <b>Fase de expansão</b> | <b>Distância do campus Central/KM</b> | <b>Microrregião</b> |
|---------------|-----------------------|-------------------------|---------------------------------------|---------------------|
| Apodi         | 2007                  | II                      | 328                                   | Chapada do Apodi    |
| Caicó         | 2009                  | II                      | 280                                   | Seridó ocidental    |
| Canguaretama  | 2013                  | III                     | 67                                    | Litoral Sul         |
| Ceará Mirim   | 2013                  | III                     | 30                                    | Macafba             |
| Currais Novos | 2006                  | I                       | 180                                   | Seridó Oriental     |
| Ipanguaçu     | 2006                  | I                       |                                       | Vale do Açu         |
| João Câmara   | 2007                  | II                      | 70                                    | Baixa Verde         |
| Lages         | 2013                  | III                     |                                       | Angicos             |
| Macau         | 2007                  | II                      | 176                                   | Macau               |
| Mossoró       | 1994                  | -                       | 277                                   | Mossoró             |



|                         |      |     |         |                    |
|-------------------------|------|-----|---------|--------------------|
| Natal – Cidade Alta     | 2009 | II  |         | Natal              |
| Natal Zona Norte        | 2007 | II  |         | Natal              |
| Nova Cruz               | 2009 | II  |         | Agreste Potiguar   |
| Parelhas                | 2014 | III | 240     | Seridó Oriental    |
| Parnamirim              | 2010 | II  | RMNATAL | Natal              |
| Pau dos Ferros          | 2009 | II  | 430     | Pau dos Ferros     |
| Santa Cruz              | 2007 | II  |         | Borborema Potiguar |
| São Gonçalo do Amarante | 2011 | III |         | Macaíba            |
| São Paulo do Potengi    | 2013 | III | 73      | Agreste Potiguar   |

Fonte: Portal do Instituto Federal do Rio Grande do Norte- 2016

Com base nos dados apresentados no quadro 1, faz-se algumas inferências como: nas fazes II e III que a maioria dos Institutos Federais do Rio Grande do Norte foi instalada. É importante ressaltar que a fase II dessa política seguiu a orientação do slogan “uma escola técnica em cada cidade-pólo do país” proposto pelo governo federal. Outra inferência feita diz respeito à diversidade de modalidade de cursos que são ofertados nos Institutos Federais. No Rio Grande do Norte, a Rede Federal de Ensino Profissionalizante e Tecnológico do Rio Grande do Norte, oferece as seguintes modalidades de cursos: Cursos de Qualificação Profissional, Cursos Técnicos de Nível Médio, Cursos de Graduação, Cursos de Pós-Graduação. Os referidos cursos são ofertados segundo modalidades específicas (Quadro 2). Ressalte-se que a oferta desses cursos não ocorre em todas as unidades, dado o fato de que a oferta de cursos está em consonância com as estruturas e a capacidade técnica e acadêmica instalada de cada unidade. No contexto da oferta de cursos específicos destacam-se pela quantidade os cursos: Pronatec, Técnicos integrados, Técnicos subsequentes, de graduação em tecnologia e as licenciaturas.

**Quadro 2**  
**Cursos ofertados pelos Institutos Federais do RN**

| <b>CURSOS</b>                                    | <b>MODALIDADE</b>                  | <b>Nº de cursos</b> |
|--|------------------------------------|---------------------|
| <b>Cursos de Qualificação Profissional (FIC)</b> | Pronatec                           | 80                  |
|  | Mulheres Mil                       | 35                  |
|  | Cursos FICs com mais de 160 horas  | 03                  |
| <b>Cursos Técnicos de Nível Médio</b>            | Técnico Integrado                  | 33                  |
|  | Técnico Integrado EJA              | 13                  |
|  | Técnico Subsequente                | 35                  |
|  | Técnico subsequente Profuncionário | 04                  |
| <b>Cursos de Graduação</b>                       | Tecnologia                         | 20                  |
|  | Licenciatura                       | 10                  |
|  | Engenharias                        | 1                   |
| <b>Cursos de Pós-Graduação</b>                   | Lato Sensu                         | 14                  |
|  | Stricto sensu                      | 03                  |

Fonte: Portal do IFRN. 2016

Os cursos do Pronatec inserem-se no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Instituído a partir da Lei nº 12.513 de 26/10/2011, com o objetivo de “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e

profissionais de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e intensificar o programa de expansão de escolas técnicas em todo o país” (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011), reflete bem essa oferta.

A meta do Pronatec era a criação, até 2014, de 8 milhões de vagas voltadas para a qualificação técnica e profissional de trabalhadores e de alunos do ensino médio. No contexto desse programa está a expansão e interiorização das redes federal, estadual e privada, bem como a democratização do ensino relativo à oferta aos alunos da Rede Pública e por conseguinte a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012). Para a sua execução foi instituída a distribuição de Bolsas e de Financiamento Estudantil (FIES) técnico, como forma de subsidiar a formação e qualificação profissional de jovens e adultos pertencente a famílias de baixa renda, para serem inseridos no mercado de trabalho.

Foram vários os cursos realizados pelo programa Pronatec, todos voltados para a qualificação profissional. É importante destacar que a oferta de alguns cursos ocorreu em consonância com um dos objetivos de implantação dos IFs. Isto é, oferecer cursos que respondessem positivamente às demandas dos arranjos produtivos locais, demonstrando a relação clara do processo de expansão dessas instituições com o setor produtivo. Nesse sentido destacam-se os cursos de: Agente de Aeroporto, Auxiliara Técnico em Agropecuária, operador de Sonda de perfuração, Operador em Beneficiamento de Pescado, Operador , Operador em Processos Químicos Industriais, Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas, Montagem e Manutenção de Computadores, Operador de Caixa, Operador de Computadores, Costureiro Industrial do Vestuário. Mas também foram oferecidos cursos de conteúdo cultura e social importante como: Agente Comunitário de Saúde, Agente Cultural, Agente de Combate às Endemias, Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, Agente de Limpeza em Aeronaves , Agente de Projetos Sociais, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – Intermediário . Na realidade, o pluralismo contemplado pelos cursos do PRONATEC, deve ser visto como positivo, ainda que em suas bases tenha a qualificação de uma força de trabalho barata para ser inserida no mercado de trabalho, esses cursos garantiram a muitos a oportunidade de uma inserção social, uma vez que, no caso específicos da região nordeste, as desigualdades sociais ainda assumem grande expressividade.

Em síntese, pode-se afirmar que o Pronatec, assim como os demais programas que tinha por objetivo maior a melhoria e expansão da qualificação técnica e profissional, foi a resposta do Estado brasileiro às demandas colocadas pelo Capitalismo em sua fase de acumulação flexível (Harvey,1992). Por outro lado, pode-se também colocar em evidência que essa ação do governo dá um rumo diferenciado ao ensino técnico e profissional, uma vez que até então esse ensino apresentava-se fortemente voltado para uma dimensão técnica, enquanto a formação humana era totalmente escamoteada, já que a Política de Educação Profissional da década de 1990 para a escola pública brasileira fora praticamente desvinculada da função de produção das bases científico-técnicas, sociais e culturais.

Os Cursos Integrados são aqueles que têm por objetivo integrar ensino médio e formação técnica, tratam-se de cursos que não têm a profissionalização técnica como a única finalidade em si mesmo, fazendo-se também presente nos currículos desses cursos os conteúdos inerentes à formação humana. Esses cursos apresentam uma demanda

bastante elevada, uma vez que contribuem para uma formação integral do aluno e, assim, tornam-se importantes na preparação dos alunos para a realização do Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM, que possibilita o acesso do aluno à universidade.

Os Cursos Integrados de Educação de Jovens e Adultos - EJA contemplam a educação de jovens adultos, integrada à formação técnica. Esses cursos têm por objetivo formação de profissionais em áreas específicas. Ao todo são oferecidos pelos Institutos Federais do Rio Grande do Norte, 13 cursos Integrados EJA a saber: Técnico em Alimentos, Técnico em Comércio, Técnico em cooperativismo. Técnico em Informática, Técnico em recursos pesqueiros, Técnico em Química, Técnico em Meio ambiente, Técnico em agroecologia, Técnico em refrigeração e climatização, Técnico em eletrotécnica, Técnico em edificações, Técnico em zootecnia, Técnico em manutenção e suporte de informática. É importante destacar que esses cursos técnicos são oferecidos, segundo as demandas apresentadas no contexto regional onde se encontram cada unidade de ensino.

Os Cursos Técnicos Subsequente são também cursos de conteúdo técnico, porém são cursos com duração que varia de um ano e meio a dois e destinados aos alunos que concluíram o ensino médio e pretendem obter uma formação técnica com maior nível de especialização. Existe uma oferta bastante diversificada desses cursos, que também se adequa às necessidades de profissionais no âmbito regional e local. Podem ser citados os cursos de: Administração, Alimentos, Apicultura, Agropecuária, Controle Ambiental, Cooperativismo, Edificações, Eletrônica, Estradas, Turismo, Geologia, Informática, Mecânica, Logística, Mecatrônica, Mineração, Petróleo e gás, Química, Saneamento, Segurança do trabalho, Recursos pesqueiros e outros. Segundo informação disponibilizada no portal do Instituto Federal do Rio grande do Norte, são oferecidos em todo Rio Grande do Norte 35 cursos técnicos subsequentes.

Entretanto, quando se procura estabelecer uma relação desses cursos com o mercado de trabalho, fica nítido o distanciamento dos mesmos e a realidade na qual eles ocorrem. Embora os cursos tenham sido pensados, levando em consideração as potencialidades regionais e, principalmente os arranjos produtivos locais, os egressos desses cursos enfrentam o descompasso entre a formação profissional e o mercado de trabalho, em especial o das cidades médias e pequenas no nível estadual, que possuem empreendimentos, com forte presença de relações de trabalho e gestão de base familiar.

### ***Expansão e interiorização do ensino universitário no Rio Grande do Norte***

A expansão e interiorização do ensino universitário em nível nacional tiveram como suporte a Política de expansão das Universidades Públicas Federais, implementada pelo Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Federais (REUNI) e o incentivo ao Ensino à Distância (EaD). A política do REUNI tinha por com o objetivo de expandir o acesso e garantir condições de permanência no ensino superior foi instituída pelo Decreto presidencial de Nº 6.096 de 24 de abril de 2007.

No Rio Grande do Norte essa expansão acontece no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e da Universidade Feral Rural do Semiárido.

A história da expansão e interiorização da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, remete-se inicialmente à criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC na cidade de Santa Cruz, região do Trairi potiguar. Esse centro tinha por objetivo a interiorização da UFRN por meio da extensão universitária, sendo o Hospital Joana Bezerra, que atualmente compõe o complexo hospitalar da UFRN, o espaço para o exercício da profissão de alunos dos cursos da área de saúde. Na década de 1970, ocorre outro momento de expansão da UFRN com a criação de Núcleos Avançados localizados nas cidades de Caicó, Currais Novos, Santa Cruz, Macau e Nova Cruz. Essa expansão procurava responder mais a interesses da classe política, do que propriamente respaldar uma política intrínseca à instituição, de modo que os Núcleos de Nova Cruz e Macau foram extintos e em Santa Cruz foram extintos os cursos então existentes, ficando apenas a prestação de serviços na área de saúde.

O desempenho e a função social assumida pelos Núcleos de Caicó e Currais produziram as condições para a criação em 1977 do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES. No caso de Santa Cruz, por meio da política de reestruturação do REUNI, foi criada a Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA/UFRN).

A expansão promovida pelo REUNI no contexto da UFRN foi de grande expressividade. Isto porque, embora não tenha se efetivado a criação de novos *campi*, ocorreu um aumento do número de cursos oferecidos nas unidades acadêmicas da capital e do interior, associada a ampliação da infraestrutura necessárias a reprodução das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. No CERES foram criados os cursos de Medicina, Direito, Sistema de Informação e Turismo. Já na FACISA foram criados cursos de: enfermagem, Nutrição, Psicologia e Fisioterapia.

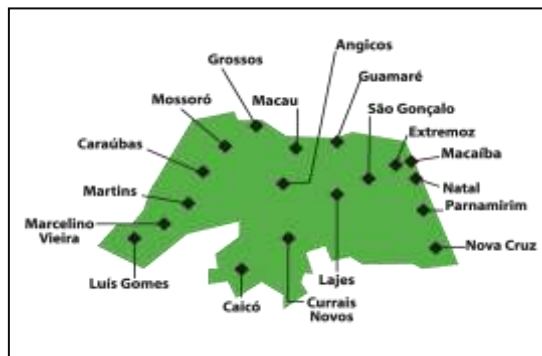
A criação de novos cursos no interior do estado, em especial os cursos da área da saúde, se revestiu de grande importância no contexto regional, não apenas do ponto de vista da articulação entre as cidades, mas também porque a área da saúde, face a história de muita seletividade no acesso dos alunos a esses cursos, apresenta grande demanda de profissionais.

Além da expansão dos cursos de graduação na UFRN, seja no interior seja na capital, houve um crescimento significativo na oferta de cursos de Pós-graduação. Em 2003 a UFRN contava com 53 cursos de graduação e uma matrícula 19.313 alunos. Entretanto, em 2014 o número de alunos matriculados na graduação é de 32.449 alunos, dos quais 3.954 matriculados no ensino à distância, distribuídos pelos 100 cursos de graduação oferecidos pela instituição. Já em cursos de Pós-graduação encontram-se matriculados 7.476 pós-graduandos, distribuídos em cursos de especialização, mestrado e doutorado. A UFRN ainda oferece cursos de Ensino Médio Profissionalizante com uma matrícula de 2.986 alunos e Educação infantil – primeiros níveis, com 313 alunos matriculados.

Outro marco da expansão da UFRN foi a oferta do ensino à distância o qual apresentou um rápido crescimento na UFRN, de modo que atualmente são 3.954 alunos matriculados nos 10 cursos oferecidos pela UFRN, distribuídos nos 18 polos de ensino, localizados em diversas cidades do interior do estado conforme pode ser visualizado na figura 2.

Foram esses números que conduziram a UFRN à condição de uma das melhores universidades públicas federais do Norte e Nordeste.

**Figura 2. Localização dos Pólos de Ensino à Distância da UFRN**



Fonte: Secretaria de ensino a distância- SEDIS – UFRN.

Outro fato relevante no processo de expansão do ensino universitário no RN foi transformação da Escola Superior de Agronomia de Mossoró (ESAM) em Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), uma vez que a partir dessa mudança se expandiu para outras cidades do estado, localizadas na Mesorregião Oeste; enquanto a UFRN se expandiu nas mesorregiões, Central e Agreste.

A expansão da UFERSA, assim como da UFRN, contempla não apenas o aumento da oferta de vagas pela criação de novos cursos no âmbito do *Campus* Central, localizado na cidade Mossoró, mas também por meio da expansão física, com a criação de três (3) campus localizados nas cidades de Pau dos Ferros, Caraúbas e Angicos.

No *campus* central da UFERSA, localizado em Mossoró são oferecidos 21 cursos de graduação, dos quais nove (9) fazem parte da engenharia. Além desses, são oferecidos os cursos de Medicina, Zootecnia, Medicina Veterinária, Agronomia, Direito, Ecologia, Ciência da Computação e Educação no Campo, Ciências Contábeis e Ciência e Tecnologia.

No *campus* localizado na cidade de Angicos, os cursos oferecidos são: Ciência e Tecnologia, Computação e Informática, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Sistema de Informações.

No *campus* de Pau dos Ferros, são oferecidos os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciência e tecnologia, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Software e Tecnologia da Informação.

Por fim, o *campus* de Caraúbas com a oferta dos cursos de Ciência e Tecnologia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Letras – Inglês, Letras, Libras.

Além dos cursos de Graduação a UFERSA também oferece cursos de Pós-graduação, totalizando 13 cursos. Do mesmo modo que a graduação, os programas de Pós contemplam às cursos articulados ao mundo animal, às áreas tecnológicas, e ambiental

Analisando a oferta de cursos na graduação e pós-graduação pela UFERSA percebe-se o quanto essa universidade se articula com as demandas da sociedade que tem sua base na técnica e na informação. No entanto, fica nítida que apesar da importância que essa instituição tem para o contexto regional no que refere à formação intelectual, técnica e científica, principalmente dos mais jovens, dado o caráter dos cursos que apresentam níveis de conhecimento elevados por parte dos alunos, a participação de alunos da própria região não é exatamente o esperado. Com o sistema de acesso à Universidade via ENEM e Sistema de Seleção Unificado – SISU, muitos dos alunos da UFERSA são provenientes de outros estados brasileiros, refletindo assim a diferenciação dos níveis de ensino que se configuram no país de região para região.

Migrando para o prisma da análise social e econômica do lugar, afirma-se que a inserção de alunos que não pertence às cidades ou região onde se encontram instaladas as unidades acadêmicas da UFERSA tem promovido mudanças significativas no contexto social e econômico das cidades onde se localizam as estruturas universitárias, tais como: aumento da demanda por moradia, valorização imobiliária, dinâmica das atividades de comércio e serviços, além das mudanças das práticas sociais.

### **Considerações Finais**

As intervenções efetuadas no Nordeste, principalmente a partir da década de 1950, quando é criada a SUDENE, com o objetivo de implementar o planejamento regional com vistas a soluções da problemática social existente, trazem intrinsecamente na sua formulação a utopia desenvolvimentista. É com base nesta afirmação que dois caminhos foram delineados na condução das considerações finais do texto que ora é finalizado.

O primeiro desses caminhos contempla a ideia de que a política de expansão e interiorização dos Institutos Federais, bem como das universidades, mereça o reconhecimento de sua importância para o avanço da ciência, da técnica e da informação em áreas que até então contavam apenas com o ensino médio e fundamental, ou mesmo que contasse com o ensino universitário poucas opções eram oferecidas aos jovens que atingiam a condição de ingressarem no ensino universitário, ou almejassem uma qualificação técnica.

Tomando esse caminho como referência não pode ser colocado em cheque a importância dessa política para o Rio Grande do Norte. As mudanças sociais ocorridas a partir de então não podem ser desconsideradas. Assim, pode-se afirmar que o objetivo da expansão, ampliação, interiorização e consolidação da rede de Institutos Federais e do ensino universitário foi plenamente atingido.

O segundo caminho procura responder as questões feitas logo no início quais sejam: Qual a contribuição da expansão do ensino técnico e universitário para a promoção do desenvolvimento urbanorregional e local? Em que medida essa política de expansão do ensino técnico e universitário reproduz o paradigma da utopia desenvolvimentista?

As leituras e pesquisa efetuadas nas instituições cujos resultados foram apresentados ao longo do texto ainda que de forma sintética, deixam claro que tais políticas, por si só não são suficientes para promover o desenvolvimento urbanorregional e local, uma vez

que, ainda se faz presente na realidade elementos de estruturas arcaicas e conservadoras que impedem a emergência de processos e práticas que correspondam a conteúdo da modernidade implícita nas propostas de cursos apresentados por essas instituições.

Além desse aspecto fica claro que os objetivos, tanto da expansão dos IFs, quanto das universidades se coadunam com o movimento mais amplo de reprodução capitalista, fazendo parte do processo de reestruturação produtiva que nas realidades espaciais onde se encontram as unidades de ensino, ainda não foi totalmente realizada, principalmente no que se refere às relações sociais de produção.

Nesse sentido, o desencadear dos processos mencionados, não deixa qualquer dúvida com relação a afirmação do pressuposto levantado que aponta para a compreensão de que as mudanças sociais decorrentes da expansão do ensino técnico e universitário no Rio Grande do Norte são de extrema relevância. No entanto, os resultados desse processo não são imediatos, necessitando, desse modo, de um tempo considerável para que se possa visualizar os seus efeitos. Portanto, a realidade ora existente, aponta para a compreensão do processo atrelada à construção utópica da promoção do desenvolvimento urbanorregional e local, via políticas públicas capazes de responder positivamente aos imperativos de uma ideologia que responsabiliza o quadro natural como fator determinante dos problemas sociais e econômicos existentes na região Nordeste.

Diante da realidade expressa a partir da atuação desses segmentos educacionais, considera-se que a política de expansão do ensino superior e da educação profissional e tecnológica se configura como mais um instrumento apropriado pelo discurso ideológico modernizante, apoiada na ideologia do desenvolvimento capitalista em geral.

Entretanto, essa expansão propalada como um vetor de desenvolvimento destas cidades no âmbito regional tem provocado dinâmicas espaciais urbanas as quais acontecem segundo uma dialética que se efetua entre a utopia do desenvolvimento intrínseca ao discurso das políticas públicas e a realidade existente, cuja marca principal é a reprodução das desigualdades socioespaciais.

Assim, as ideias expostas no transcórre do trabalho se colocam como contribuição e motivação ao exercício da reflexão sobre a relação dialética que se estabelece entre a utopia e a realidade, com o intuito de chamar a atenção dos gestores públicos, para a necessidade de atingir os objetivos propostos pelas políticas, qual seja o de fomentar o desenvolvimento socioeconômico local e regional, e assim contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais, fazendo valer o pensamento utópico não com algo irrealizável, mas como um instrumento de compreensão e reflexão para a construção de realidades ideais.

## **Bibliografia**

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1974.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. O momento utópico. In HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: edições Loyola. 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – RIO GRANDE DO NORTE. *Projeto político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva*. Documento Base. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Institucional* <<http://portal.ifrn.edu.br/>> [27/04/2016].

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. *Utopias desenvolvimentistas: e política social no Brasil*. Revista Serviço Social e. Sociedade. São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, RELATÓRIO DE GESTÃO 2003. NATAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, *relatório de gestão* 2003. NATAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Institucional* <<http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/>>[25/04/2016].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, *relatório de gestão* 2014 NATAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIARIDO. <<https://ufersa.edu.br/>>[29/04/2016].